

**v.2, n.9, setembro 2007**

Panorama dos Salários na Agricultura Brasileira em 2005

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005 mostraram dois aspectos importantes no mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira: primeiro, a continuidade do crescimento do número total de empregados e também daqueles com registro em carteira, indicando uma recomposição do mercado de trabalho formal (28,0% do total de ocupados na agricultura eram empregados, sendo a principal categoria, e 32,1% dos empregados tinham registro em carteira); segundo, uma polarização na qualidade do emprego entre os empregados permanentes e os temporários, que pode ser vista por indicadores ligados ao rendimento médio mensal recebido no trabalho principal.

Apenas como nota metodológica, os dados para as atividades selecionadas utilizados neste artigo referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da PNAD, a penúltima do mês de setembro. Pela definição da PNAD, empregado é a pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.). Esse conjunto de trabalhadores, os empregados, é que forma o mercado de trabalho assalariado na agricultura. Em função do tipo de inserção, os empregados podem ser permanentes ou temporários e, de acordo com o local de moradia, podem ser rurais ou urbanos.

Os salários dos empregados na agricultura brasileira continuaram crescendo em 2005. No período 2001-2005, os empregados permanentes com residência urbana tiveram um ganho real de 3,9% ao ano nos rendimentos, enquanto os permanentes rurais tiveram 2,5% ao ano. Para os empregados temporários, o quadro também foi favorável: os residentes urbanos obtiveram ganhos reais de 4,1% ao ano; e os residentes rurais tiveram 5,2% ao ano.

No entanto, permanece uma polarização na qualidade do emprego entre essas categorias. De acordo com a PNAD 2005, as participações dos empregados temporários que recebiam mais de um salário mínimo mensal no Brasil ficaram bem abaixo das médias

observadas para os permanentes: 25,1% e 35,5%, respectivamente, para os empregados temporários com residência rural e urbana (contra 53,0% e 59,9%, respectivamente, dos permanentes rurais e urbanos). Para as regiões e principais culturas, a situação foi bastante semelhante, porém algumas diferenciações devem ser pontuadas, como é o caso dos temporários, rurais e urbanos, no Centro-Oeste, dos temporários urbanos no Sudeste e dos temporários, urbanos e rurais, ocupados nas culturas da soja, da cana e, em menor proporção, do café (Figuras 1 e 2).

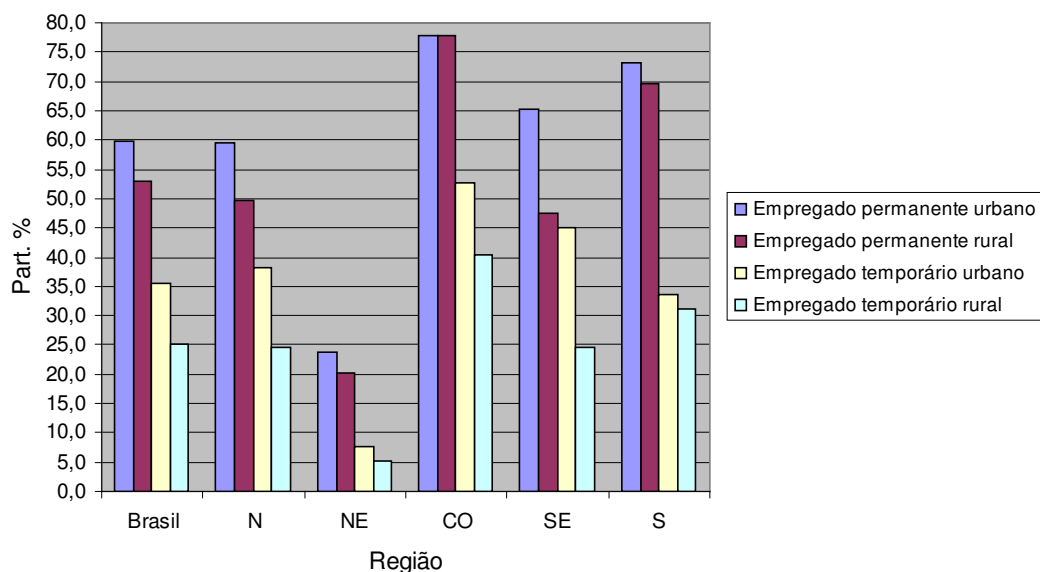


Figura 1 - Participação dos Empregados que recebiam mais de um Salário Mínimo por Mês, segundo a Categoria, Brasil e Grandes Regiões, 2005.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Rio de Janeiro, 2005.

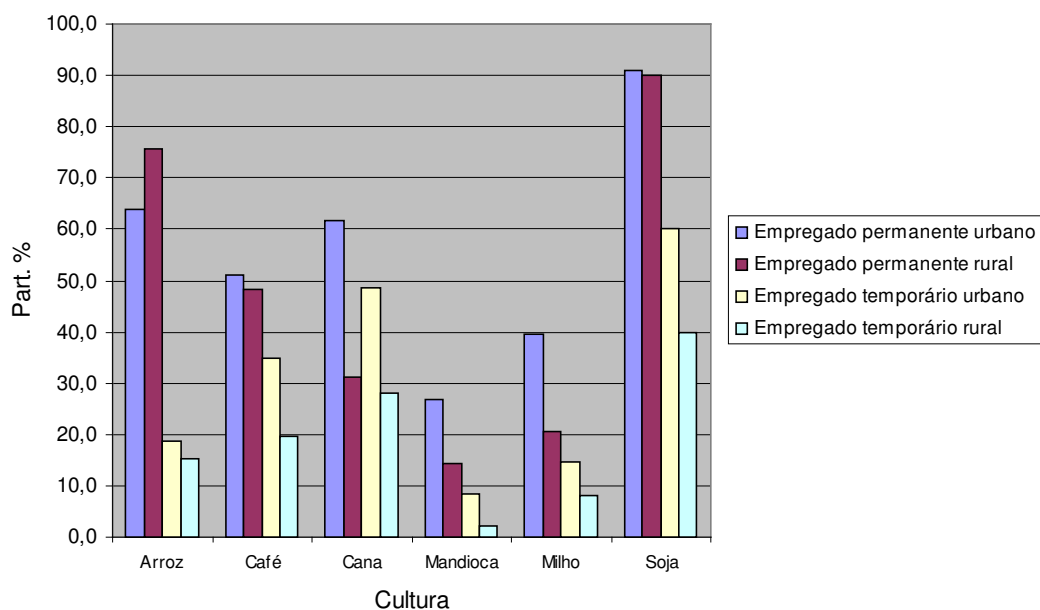


Figura 2 - Participação dos Empregados que recebiam mais de um Salário Mínimo por Mês, segundo a Categoria, Culturas Seleccionadas, Brasil, 2005.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Rio de Janeiro, 2005.

O comportamento favorável para os empregados temporários urbanos do Sudeste foi influenciado pelos resultados nas culturas de cana e café, para as quais a Região é a principal produtora (em 2005, 48,5% e 35,0%, respectivamente, dos temporários recebiam mais de um salário mínimo mensal). Da mesma forma, o comportamento diferenciado dos temporários rurais e urbanos do Centro-Oeste foi influenciado pelos indicadores da cultura da soja, principal atividade da Região (em 2005, 40,0% e 60,2%, respectivamente, dos empregados temporários tinham rendimento médio mensal acima do mínimo vigente).

Em termos regionais, o Centro-Oeste e o Nordeste são os extremos: em 2005, enquanto 77,9% dos empregados permanentes com residência urbana no Centro-Oeste tinham rendimentos acima do salário mínimo, no Nordeste o valor foi 23,7%. Para os empregados permanentes com residência rural, os valores respectivos foram 77,8% e 20,3%. Para os empregados temporários, os valores foram 52,7% e 7,7% e de 40,4% e 5,1%, respectivamente, para os residentes urbanos e rurais das duas regiões.

Entre as principais culturas, mandioca e milho foram as que apresentaram os piores indicadores, particularmente para os residentes rurais. Em 2005, somente 2,1% e 8,0%, respectivamente, dos empregados temporários rurais ocupados nessas culturas receberam mais de um salário mínimo por mês. Para os permanentes rurais, os valores foram 14,3% e 20,6%, respectivamente. O extremo na polarização foi a cultura da soja, cujos valores foram de 40,0% para os temporários rurais, 60,2% para os temporários urbanos, 90,0% para os permanentes rurais e 90,9% para os permanentes urbanos.

Quanto ao rendimento médio mensal, no total de Brasil, os temporários rurais recebiam 72,3%, 55,8% e 45,4% do valor recebido, respectivamente, pelos temporários urbanos, pelos permanentes rurais e pelos permanentes urbanos. Os rendimentos, em valores reais de dezembro de 2005, registrados para essas categorias foram, respectivamente: R\$214,34; R\$296,55; R\$384,28; R\$472,37 (Figura 3).

Os dados regionais evidenciam que o Centro-Oeste teve os maiores rendimentos médios mensais para todas as categorias de empregados na agricultura brasileira, ao passo que o Nordeste apresentou os menores. Apenas para ilustrar: enquanto os permanentes urbanos e rurais do Centro-Oeste recebiam, em média, R\$617,95 e R\$578,46 por mês, os temporários urbanos e rurais do Nordeste recebiam R\$203,35 e R\$177,36, respectivamente.

Para as culturas, os dados exemplificam a situação mais desfavorável dos empregados temporários residentes nas áreas rurais e ocupados nas culturas mais tradicionais e de mercado interno. Em 2005, os três piores rendimentos foram registrados para os empregados temporários rurais ocupados nas culturas de milho (R\$159,98), arroz (R\$163,12) e mandioca (R\$163,83). Por outro lado, os três melhores foram observados para os ocupados em duas das principais *commodities* internacionais: os empregados permanentes urbanos (R\$741,13) e rurais (R\$700,37) ocupados na cultura de soja e os empregados permanentes urbanos ocupados na cultura de cana-de-açúcar (R\$537,24), evidenciando os fortes contrastes ainda existentes no mercado de trabalho assalariado agrícola (Figura 4).

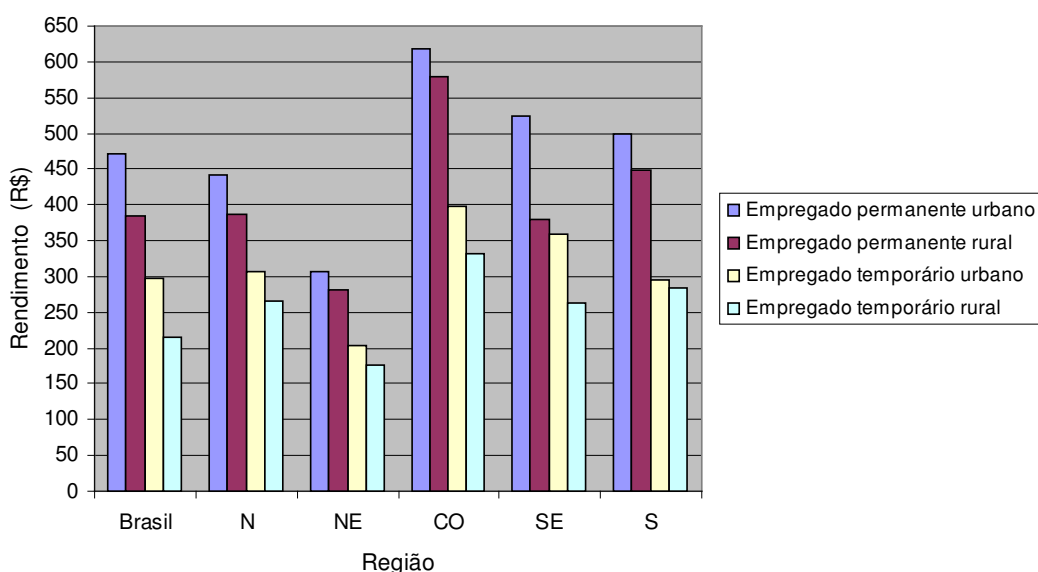


Figura 3 - Rendimento Médio Mensal dos Empregados, segundo a Categoria, Brasil e Grandes Regiões, 2005.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Rio de Janeiro, 2005.

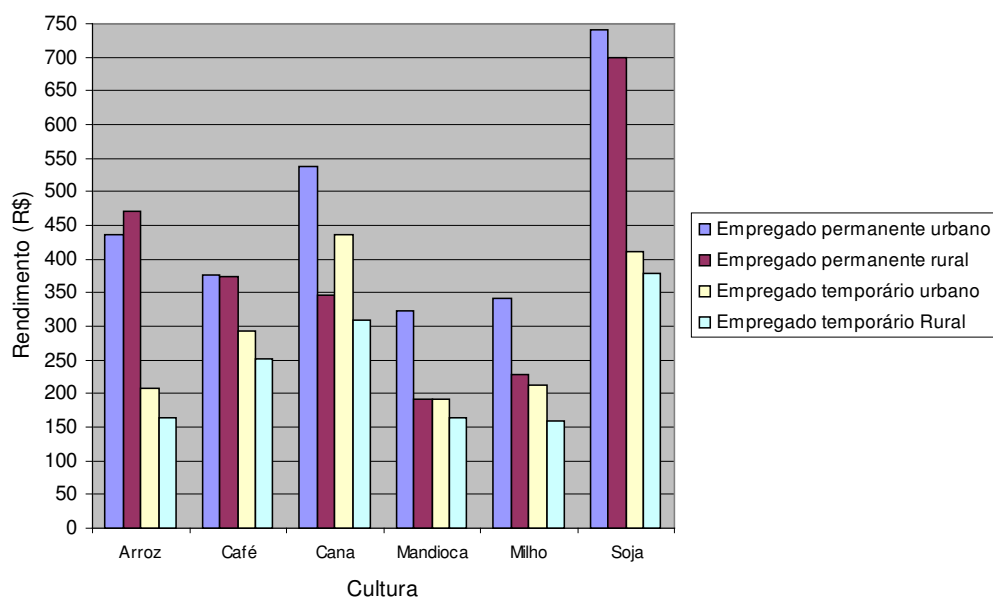


Figura 4 - Rendimento Médio Mensal dos Empregados, segundo a Categoria, Culturas Seleccionadas, Brasil, 2005.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.
Rio de Janeiro, 2005.

A crescente especialização da produção de *commodities* internacionais, que são componentes importantes da pauta de exportações brasileira; a marcante diferença de rentabilidade das atividades mais dinâmicas *vis-à-vis* as mais tradicionais, sendo que as últimas têm enormes dificuldades em formalizar e remunerar bem a força de trabalho; a modernização e a mecanização que se aprofundaram na agricultura de grande escala; a externalização ou terceirização das atividades para as empresas prestadoras de serviços na agricultura; a maior fiscalização nas empresas agrícolas de maior porte, obrigando-as a melhor cumprir a legislação trabalhista; a crescente busca por certificações nas atividades mais sustentáveis; o aparecimento e/ou expansão de algumas novas profissões, que contrastam com a grande maioria da força de trabalho utilizada nas tradicionais atividades ligadas aos tratos culturais e à colheita; a grande importância que ainda tem a mão-de-obra temporária nas atividades agropecuárias; e a fraca representação e organização sindical dos trabalhadores temporários são alguns fatores que explicam o fenômeno da polarização da qualidade do emprego agrícola no Brasil.

Palavras-chave: empregado permanente, empregado temporário, polarização, agricultura.

Otávio Valentim Balsadi
Pesquisador da Embrapa
e-mail: otavio@sede.embrapa.br

Liberado para publicação em 12/09/2007